

Economia

AGRONEGÓCIOS

Leite Compensado 9 prende mais quatro por nova fraude

Transportadora de Esmeralda adulterava leite vencido para consumo

Acusadas de fraudar a cadeia produtiva do leite, mais quatro pessoas se somaram, nesta quinta-feira, à extensa lista de prisões desde o início das operações Leite Compensado no Estado. Desta vez, a nona etapa das investigações chegou à transportadora Marcio Fachinello, de Esmeralda, nos Campos de Cima do Serra, que adulterava leite azedo com água e bicarbonato de sódio para aumentar o volume e mascarar produto em deterioração. O dono da empresa, Márcio Fachinello, e três motoristas, Tiago da Luz Pereira, Claudiomir Rodrigues de Souza e João Paulo Alves da Silva, foram presos preventivamente e poderão responder por crime organizado e por adulteração de produto alimentício.

Segundo o Ministério Público gaúcho, que deflagrou a operação junto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Receita Estadual e Brigada Militar, as investigações duraram quatro meses. Além das prisões, também foram cumpridos cinco mandados de busca. Foram apreendidos quatro caminhões da empresa, além de sacas de bicarbonato de sódio e documentação que comprova a venda de leite com acidez elevada em virtude da deterioração do produto coletado junto aos produtores.



Produto azedo era mascarado com água e bicarbonato de sódio

A transportadora recolhia entre 40 e 50 mil litros de leite cru diariamente junto aos produtores de vários municípios da região. As investigações dão conta de que os suspeitos coletavam leite com até sete dias de prazo entre a ordenha e a coleta - o máximo permitido pela regulamentação do Mapa é de 48 horas. Leite e derivados produzidos a partir da matéria-prima fraudada ficam comprometidos quanto ao seu valor nutritivo, pois a sua degradação natural faz com que os principais nutrientes - vitaminas, sais minerais e proteínas - tenham seus valores bem abaixo dos padrões estipulados.

A rastreabilidade do produto, ou seja, o local para onde foi vendido e com que marca chegou à mesa dos consumidores, será realizada pelo Mapa. Em entrevista coletiva, o promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho comentou sobre os resultados.

“Uma análise superficial de documentos apreendidos constatou que a laticínios Unibom, destinatária do leite, rejeitou algumas cargas, que, segundo o próprio Márcio Fachinello, foram encaminhadas para uma queijaria”, afirmou o promotor, que é um dos coordenadores do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Or-



Operação recolheu material que comprovou uso inadequado

ganizado (Gaeco) - Núcleo Segurança Alimentar.

O outro coordenador do grupo, promotor Mauro Rockenbach, também apontou o sucesso da operação. “Desta vez, encontramos o fluxo da fraude na casa do dono da transportadora: do lado de fora de um paiol, um tonel com água para a diluição do produto químico; do lado de dentro, o bicarbonato de sódio usado para mascarar a acidez do leite, e em frente à residência, dois dos quatro caminhões onde a mistura era depositada”, comentou. Outros dois homens, um deles pai de Márcio Fachinello, também foram

presos em flagrante por posse ilegal de arma.

O Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado (Sindilat) emitiu nota afirmando apoiar integralmente a operação e repudiar a fraude. “Qualquer ação de adulteração deve ser vista como um ato de agressão à saúde humana e punida com o rigor da lei”, afirma a nota. O Sindilat também afirma que suas empresas associadas primam pela qualidade do leite e investem em equipamentos para controle das cargas de leite para “coibir quaisquer movimentos que, mesmo externos à indústria, possam ameaçar a produção de lácteos”.

Setor de carnes do Rio Grande do Sul projeta perdas com greve de fiscais agropecuários

Dirigentes do setor de carnes do Rio Grande do Sul manifestaram preocupação com o início da greve dos fiscais federais agropecuários, deflagrada nesta quinta-feira. O Rio Grande do Sul exporta - anualmente - mais de 700 mil toneladas de carne de frango, 150 mil toneladas de carne suína e quase 100 mil toneladas de carne bovina. “O setor embarca produtos diariamente para dezenas de países. Um único dia de paralisação já provoca grandes impactos”, explica o diretor executivo do Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos (Sips), Rogério Kerber.

O presidente da Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav), Nestor Freiberg, afirma que as empresas não têm condições de suportar mais um entrave. “Os reflexos são muito rápidos, pois implicam em redução de abates, perda de logística contratada e

não atendimento de contratos internacionais”, lamenta Freiberg. Segundo ele, as indústrias estão tomando pé da situação mas o anúncio de greve por tempo indeterminado traz muita insegurança para o setor. “É urgente que se encontre uma solução.”

O setor de proteína animal vem enfrentando uma série de obstáculos que prejudicam a competitividade. O salário-mínimo regional maior do que em outros estados e custos de diversos itens da planilha - como energia elétrica - mais altos, fazem com que os investimentos no segmento gaúcho sejam cada vez menores. Além disso, a perspectiva de maior carga tributária, tanto federal quanto estadual, deixa o segmento de produtos de origem animal em grande desvantagem. O diretor do Sindicato das Indústrias de Carnes no Estado, Zilmar Moussale conclui

que “a greve vem tornar a situação insustentável”.

No Estado, a greve nacional dos fiscais federais agropecuários teve adesão da maioria dos servidores filiados à Delegacia Sindical da Anffa Sindical no Rio Grande do Sul (DS-RS). Nos quase 200 estabelecimentos com inspeção federal registrados no Estado, a paralisação supera 80%. “Nos estabelecimentos de abate de aves suínos e bovinos, os fiscais estão realizando a inspeção das carcaças, mas não estão emitindo os certificados. Desta forma, os produtos não podem sair das plantas”, explica o diretor de Comunicação da DS-RS, Marcelo Mazzini.

Também estão paralisados os fiscais federais agropecuários que atuam nos 10 postos terrestres de fronteira, no porto do Rio Grande e no Aeroporto Internacional Salgado Filho. “Estamos inspecionan-

do apenas as bagagens de pessoas físicas, mas as cargas não estão sendo liberadas”, informa o dirigente. Na área vegetal, um ponto importante da atuação dos fiscais é a inspeção e liberação dos pallets de madeira que são utilizados para a acomodação de produtos de diversas áreas, como peças e equipamentos industriais. “Nos procedimentos de importação, estes pallets podem trazer pragas exóticas para o Brasil, por isso, precisam passar pelo crivo dos fiscais agropecuários”, afirma Mazzini.

A exportação de tabaco também está sendo impactada pela paralisação. Em Santa Cruz do Sul, maior polo produtor do Rio Grande do Sul, a emissão de certificados internacionais está suspensa. A categoria deverá realizar nova assembleia geral nacional, nesta sexta-feira, para definir se a mobilização continuará ou será suspensa.

O governo havia oferecido reajuste de 21,3% em quatro anos, proposta que não foi aceita pela categoria. O pleito do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários é de correção de 10,8% em dois anos. Os fiscais federais agropecuários também lutam pela transformação da nomenclatura do cargo para “auditor fiscal federal agropecuário”. Outro item das reivindicações é a pauta funcional, com itens como a meritocracia, a instituição de adicionais por atividades penosas e a realização de concurso público.

A luta contra a terceirização da fiscalização é outra pauta de mobilização da categoria. O tema vem sendo levantado pelos fiscais desde o começo do ano, diante da intenção do Ministério da Agricultura de levar a inspeção de produtos de origem animal para a iniciativa privada.